



Pesquisa de Orçamento Aberto: Recomendações do módulo sectorial da Saúde

O problema de governação global enfrentado actualmente devido a pandemia da COVID-19, impõe desafios sobre a necessidade de haver maior transparência, participação pública e fiscalização dos orçamentos. Quesitos estes, detalhadamente mensurados através da Pesquisa de Orçamento Aberto (POA).

Especificamente, a POA estabelece padrões para a transparência orçamental a nível central, procurando informações detalhadas e disponibilizadas em tempo útil, nos documentos orçamentais. Para além disso, a pesquisa avalia os espaços que o Executivo, o Parlamento e a Instituição Suprema de Auditoria (ISA) dão à sociedade, sobretudo aos grupos vulneráveis, para participar nas diferentes fases do ciclo de planificação e orçamentação bem como, afere, até que ponto o legislativo e a ISA fiscalizam o orçamento.

Esta pesquisa que já vai na sua 7ª edição, é coordenada pelo International Budget Partnership (IBP) em 117 países¹, e, produz o índice de orçamento aberto. A pontuação de Moçambique para 2019 foi de apenas 42/100, significando que o orçamento apresenta informação limitada.

Nesta edição, reconhecendo as solicitações de muitos parceiros do IBP, que vinham clamando por informações adicionais além dos padrões do POA, o IBP desenvolveu o 'Módulo Sectorial' piloto, como parte do POA 2019.

No caso de Moçambique, o módulo sectorial atribuído foi o da Saúde², o sector mais pressionado no contexto do COVID-19 e um dos que mais recebe apoio externo, entre os sectores sociais.

A nível do país, de modo a promover mudanças face a conjuntura actual, o CIP optou por apresentar os resultados da pesquisa sectorial da saúde em forma de recomendações, uma vez que até então, metodologicamente, este módulo não recebe pontuação nos moldes do índice de orçamento aberto.

Neste sentido, recomenda-se que:

- 1. Sobre as receitas consignadas
- Devem ser apresentadas na proposta de orçamento, a previsão de receitas consignadas do sector bem como as despesas associadas a estas receitas;

¹ O Centro de Integridade Publica é a instituição da sociedade civil que faz a pesquisa em Moçambique 2 Os módulos sectoriais eram saúde e educação.

Esta recomendação é extensiva à conta geral do estado, uma vez que apresenta poucos detalhes³ sobre esta categoria de receitas e nenhum detalhe sobre as despesas realizadas.

Este aspecto é importante porque permite que o público tenha informação sobre o volume de recursos que o sector de saúde consegue mobilizar através da cobrança das taxas de serviços, para onde efectivamente são canalizados esses recursos, e que estratégias alternativas⁴ podem ser adoptadas para financiar o sector de saúde.

2. Sobre os recursos canalizados por parceiros externos

• Devem ser apresentadas, no documento de fundamentação da proposta de orçamento, e em suas tabelas auxiliares, mais informações sobre os recursos canalizados por doadores, bem como as despesas associadas.

Sobre esta recomendação, nota-se que alguma informação é partilhada, nomeadamente os montantes totais, uma amostra de investimento no sector de saúde e linhas gerais da despesa a ser realizada. Entretanto não é possível ter clareza sobre o nome do doador porque está codificado e não é feita a descrição.

3. Sobre o nível de detalhe da informação do sector

• Deve ser apresentado no documento de fundamentação da proposta de orçamento, a classificação sub-funcional em linha com a apresentada no relatório de execução orçamental e conta geral do Estado.

Sobre esta recomendação, tal como mostra o exemplo 1 abaixo, a classificação por funções no sector de saúde referem-se aos bens e serviços prestados dentro do limite das contas de saúde, estas geralmente compreendem cuidados curativos em ambulatório e hospitalização, cuidados preventivos e outras actividades que promovam um vida saudável e sensibilização (frequentemente através de campanhas e actividades junto das comunidades), produtos farmacêuticos e outros produtos não duradouros e administração da saúde⁵.

A inclusão desta classificação na proposta de orçamento permitiria maior escrutínio do público, por exemplo no contexto do COVID-19, daria previsibilidade das prioridades do Governo.

Exemplo 1:

³ As receitas consignadas apresentadas na conta geral do estado referem-se apenas a assistência medica e medicamentosa e registo de medicamento. 4 Por exemplo através do aumento da alíquota fiscal para importação do tabaco e consignar ao sector de saúde, vide: http://actbr.org.br/uploads/arguivos/Tributacao-de-arrecadacao-vinculada.pdf

 $^{5\} http://www.misau.gov.mz/index.php/contas-nacionais-de-saude? download = 146: relatorio-de-contas-nacionais-de-saude-2012-pt download = 146: relatorio-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nacionais-de-contas-nac$

CONTA GERAL DO ESTADO - 2017 Resumo da Despesa Segundo a Classificação Funcional, em Comparação com a Dotação Orçamental Âmbito Central, Provincial, Distrital e Autárquico

			Despesa de Investimento																\neg
Função		Despesa de Funcionamento			Interno			Externo			Total			Operações Financeiras			Despesa Total		
Cód.	Descrição	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.
04741	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO				2.750						2.750						2.750		\Box
04811	PESQUISA E DESEN. ASSUNTOS ECONOMICOS GERAIS COMERCIAIS	42.652	41.830	98,1%	19.620	17.944	91,5%				19.620	17.944	91,5%				62.272	59.774	96,0%
04821	PESQUISA E DESEN. AGRICULTURA SIVIC PECUARIA PESCA	340.091	332.864	97,9%	372.524	239.190	64,2%	39.376	28.483	72,3%	411.900	267.673	65,0%				751.991	600.537	79,9%
04841	PESQUISA E DESENV. SOBRE A IND. EXTR TRANSF CONSTRUCAO	263.187	83.526	31,7%	136.736	118.026	86,3%				136.736	118.026	86,3%				399.923	201.552	50,4%
04851	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOBRE TRANSPORTES	223	223	100,0%													223	223	100,0%
04911	ASSUNTOS ECONOMICOS N.E.	1.182.092	1.004.069	84,9%	797.305	436.833	54,8%	58.419	31.171	53,4%	855.724	468.004	54,7%	22.710.900	18.818.102	82,9%	24.748.716	20.290.175	82,0%
05	Protecção Ambiental	686.457	509.909	74,3%	1.554.189	1.041.118	67,0%	893.999	686.316		2.448.188	1.727.434		0	0		3.134.645	2.237.343	
05321	MUDANCAS CLIMATICAS	25.387	21.664	85,3%	5.653	4.394	77,7%	101.563	63.238	62,3%	107.216	67.631	63,1%				132.603	89.295	
05411	PROTECCAO DA BIO DIVERSIDADE E DA PAISAGEM				25.479	3.393	13,3%				25.479	3.393					25.479	3.393	
05511	PESQUISA E DESENVOLV. SOBRE A PROTECCAO AMBIENTAL	406.967	268.250	65,9%	1.259.921	849.588	67,4%	746.098	601.325		2.006.019	1.450.913	72,3%				2.412.986	1.719.163	
05611	PROTECCAO AMBIENTAL N.E.	254.103	219.995	86,6%	263.137	183.743	69,8%	46.338	21.753		309.475	205.497	66,4%				563.578	425.492	
06	Habitação e Desenvolvimento Colectivo	699.473	649.655	92,9%	1.280.219	942.716	73,6%	7.743.096	7.494.120	96,8%	9.023.315	8.436.836	93,5%	0	0		9.722.789	9.086.491	93,5%
06111	DESENVOLVIMENTO DA HABITACAO	74.351	68.141	91,6%	24.499	22.631	92,4%				24.499	22.631	92,4%				98.849	90.771	91,8%
06311	ABASTECIMENTO DE AGUA URBANA				45.450	45.000	99,0%	1.606.847	1.587.707		1.652.297	1.632.707	98,8%				1.652.297	1.632.707	98,8%
06312	ABASTECIMENTO DE AGUA RURAL				63.096	45.865	72,7%	2.106.552	2.050.586		2.169.648	2.096.451	96,6%				2.169.648	2.096.451	96,6%
06319	ABASTECIMENTO DE AGUA N.E.	33.602	26.962		220.624	169.927	77,0%	1.437.250	1.393.084	96,9%	1.657.874	1.563.011	94,3%				1.691.476	1.589.973	
06611	HABITACAO E SERVICOS COLECTIVOS N.E.	591.521	554.553	93,8%	926.551	659.292	71,2%	2.592.447	2.462.744		3.518.998	3.122.036					4.110.519	3.676.589	
07	Saúde	15.811.560	14.534.522	91,9%	1.308.467	1.035.892	79,2%	5.167.081	3.928.129	76,0%	6.475.548	4.964.022	76,7%	0	0		22.287.107	19.498.543	
07111	PRODUTOS FARMACEUTICOS				10.000	6.539	65,4%				10.000	6.539	65,4%				10.000	6.539	65,4%
07141	MEDICAMENTOS APARELHOS E EQUIPAMENTO MEDICOS N.E.	3.676.656	3.178.122	86,4%				471.678	375.856	79,7%	471.678	375.856	79,7%				4.148.335	3.553.978	85,7%
07211	CLINICAS E CONSULTORIOS DE MEDICINA GERAL	26.192	26.174	99,9%									- 1				26.192	26.174	99,9%
07311	SERVICOS HOSPITALARES GERAIS	2.482.284	2.328.806	93,8%	66.953	46.798	69,9%	49.715	48.327		116.668	95.124					2.598.953	2.423.931	93,3%
07321	SERVICOS HOSPITALARES ESPECIALIZADOS	1.979.165	1.841.863	93,1%	129.998	88.412	68,0%	110.281	105.506	95,7%	240.278	193.918	80,7%				2.219.443	2.035.781	91,7%
	SERVICOS DE SAUDE PUBLICA	2.095.197	2.027.928	96,8%	608.639	408.870	67,2%	1.201.399	854.906	71,2%	1.810.039	1.263.776	69,8%				3.905.236	3.291.704	84,3%
07610 07611	SAUDE N.E.	5.552.064	5.131.628	92,4%	492.876	485.274	98,5%	28.784 3.305.224	2.543.535	77,0%	28.784 3.798.100	3.028.809	79,7%				28.784 9.350.164	8.160.437	87,3%

Fonte: Conta Geral do Estado 2017

• Devem ser apresentadas no documento de fundamentação da proposta de orçamento, as despesas por programa em linha com a apresentação feita nos relatórios de execução orçamental⁶.

A relevância da apresentação das despesas por programas, é que esta mostra se os níveis de financiamento existentes são compatíveis com o encargo da doença (numero de pessoas afectadas) e ajudam a avaliar o seu peso na despesa geral do sector de saúde. Esta informação é vital para melhorar a estratégia de planificação e orçamentação da saúde..

• Devem ser apresentadas, no documento de fundamentação da proposta de orçamento, no relatório de execução orçamental e na conta geral do Estado, as actividades previstas e executadas nas direcções provinciais.

A apresentação das despesas detalhadas por direcções provinciais, nos diferentes documentos orçamentais, permite mensurar até que ponto as escolhas do Governo são produtivas em diferentes pontos do país. Para além disso, facilita o escrutínio público principalmente em actividades de rastreio da despesa pública e auditorias sociais.

• Os órgãos de governação descentralizada a nível municipal e provincial devem tornar públicos os seus relatórios de execução orçamental e contas de gerência.

A divulgação desta informação a nível dos órgãos de governação descentralizada permite maior escrutínio do público em relação ao investimento que tem sido feito no sector pelos governos subnacionais.

⁶ Vide Relatório de Execução Orçamental de Janeiro a Dezembro de 2017, Despesa da Componente externa de investimento, por projecto, Segundo a classificação orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação anual – Mapa V-4





Ficha técnica:

Autora: Celeste Banze | Controle de qualidade: Paolo de Renzio

Rua Fernão Melo e Castro, Bairro da Sommerschield, nº 124 Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel: (+258) 82 3016391

@CIP.Mozambique @CIPMoz www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique